

## A DINÂMICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO-SP<sup>41</sup>

Fábio Aznar<sup>42</sup>

Antonio Nivaldo Hespanhol<sup>43</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa a dinâmica da estrutura produtiva agrícola do município de Pirapozinho-SP, entre 1970 e o final dos anos 1990, buscando identificar e compreender as transformações técnicas, econômicas, sociais, políticas e organizacionais ocorridas na agricultura local. O panorama apresentado para Pirapozinho é semelhante ao dos demais municípios pertencentes à Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, com baixo desempenho das atividades agrícolas, aumento das áreas utilizadas com pastagens em detrimento das áreas utilizadas com lavouras, êxodo rural, baixo grau de modernização agrícola e agroindustrial, aumento da concentração fundiária, diminuição da participação do setor agrícola na arrecadação municipal e falta de incentivos por parte do governo municipal. Diante de tal quadro, torna-se necessária a atuação efetiva do poder público municipal, de maneira que, possa proporcionar a dinamização da agricultura do município, criando as condições para a reprodução social, econômica, política e cultural dos agricultores no campo.

**Palavras-chave:** Pirapozinho, agricultura, estrutura produtiva, êxodo rural.

## THE DYNAMICS OF THE AGRICULTURAL PRODUCTIVE STRUCTURE OF THE DISTRICT OF PIRAPOZINHO-SP

**Abstract:** The present paper analyzes the dynamics of the agricultural productive structure of the district of Pirapozinho-SP, since 1970 and the end of the years 1990, looking for to identify and to understand the

<sup>41</sup> Texto produzido com base na Monografia de Bacharelado intitulada "A dinâmica da estrutura produtiva agrícola do Município de Pirapozinho - SP", elaborada pelo primeiro autor sob a orientação do co-autor.

<sup>42</sup> Aluno do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP).

<sup>43</sup> Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente-SP. Rua Roberto Simonsen, 305. CEP: 19060-900. Caixa Postal: 467. Presidente Prudente (SP). TEL.: (0XX18) 229-5375. FAX (0XX18) 221-8212. E-mail: nivaldo@prudente.unesp.br

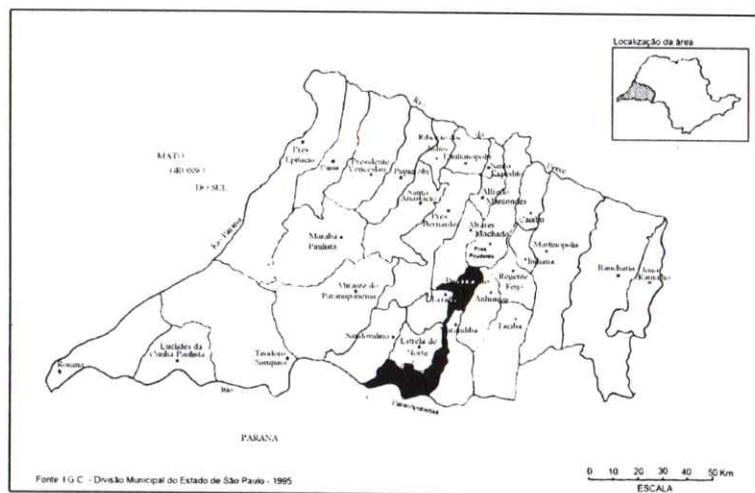
transformations technical, economical, social, politics and organizational happened in the local agriculture. The panorama presented for Pirapozinho is similar to it of the other belonging districts Geographical Microrregião of Presidente Prudente, with low acting of the agricultural activities, I increase of the areas used with pastures to the detriment of used them with farmings, exodus rural, low degree of agricultural modernization and agroindustrial, increase of the concentration fundiária, decrease of the participation of the agricultural section in the municipal collection and lack of incentives on the part of the municipal government. Before such a picture, he/she becomes necessary the performance executes of the public power, so that, it can provide the dinamização of the agriculture of the district, creating the conditions for the reproduction social, economical, politics and cultural of the farmers in the field.

**Key-Words:** Pirapozinho, agriculture, structures productive, rural exodus.

## 1. Introdução

O Município de Pirapozinho, abrange uma área de 367 Km<sup>2</sup>, localiza-se no Sudoeste do Estado de São Paulo e integra a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, conforme se verifica pela Figura 1.

**Figura 1 - LOCALIZAÇÃO DE PIRAPOZINHO NA MRG DE PRESIDENTE PRUDENTE**



Para o desenvolvimento do trabalho, foram realizados levantamentos de dados de fonte secundária, junto aos Censos Agropecuários e Demográficos da FIBGE; Pesquisa Pecuária Municipal; Produção Agrícola Municipal; Relação de Cadastro de Imóveis Rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; a Casa da Agricultura e a Prefeitura de Pirapozinho. Além dos dados e informações de fonte secundária, foram realizados levantamentos de dados de fonte primária, a partir da aplicação de questionários, junto aos proprietários rurais, executivos de empresas agroindustriais e autoridades municipais ligadas à agricultura.

Para a aplicação dos questionários, os proprietários rurais foram classificados de acordo com as classes de área (menos de 10 ha, 10 a 20 ha, 20 a 50 ha, 50 a 100 ha, 100 a 200 ha, 200 a 500 ha, 500 a 1000 ha e mais de 1000 ha), sendo selecionados 35 proprietários, o que representa 10% do universo dos proprietários rurais do município de Pirapozinho-SP. Quanto às empresas agroindustriais, foram realizadas entrevistas com executivos de 04 empresas, com o chefe da Casa da Agricultura e com o Prefeito Municipal.

Além da introdução e das considerações finais, o presente artigo está disposto em três itens. No primeiro, são efetuadas considerações sobre o processo de ocupação do município de Pirapozinho. No segundo item são realizadas análises referentes à dinâmica da estrutura produtiva agrícola de Pirapozinho, com base em dados de fonte primária e secundária. No terceiro item trata-se da participação da agropecuária no desenvolvimento do município e são indicadas algumas medidas que podem ser implementadas visando à dinamização do setor agropecuário de Pirapozinho.

## 2. O Processo de Ocupação do Município de Pirapozinho

A intensificação do processo de ocupação desta parte do território paulista, se deu, sobretudo, a partir do começo do século XX, tendo sido resultado da "marcha pioneira paulista". Um dos principais elementos motivadores do desbravamento e da ocupação da região foi a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, conforme enfatizam alguns autores como MONBEIG (1984), LEITE (1972), ABREU (1997), entre outros.

No início da ocupação da região, destacou-se a atividade extrativa, com a retirada de madeira. A construção da Estrada de Ferro Sorocabana contribuiu para que a cafeicultura e a produção de subsistência passassem a se destacar.

A partir de 1930, ocorreu uma mudança na orientação da agricultura voltada para o mercado externo para as necessidades do

mercado interno. No começo, como alternativa à crise apresentada pelo setor exportador e, depois, para atender a demanda do setor urbano, ocasionando desta forma a diversificação da produção agrícola, ganhando expressão outras culturas como o algodão, o amendoim, o milho, o feijão e a mamona.

O município de Pirapozinho é originário do patrimônio denominado São João, instalado no ano de 1936 por meio da Lei 2794/36, cuja jurisdição pertencia ao Município e Comarca de Presidente Prudente. A maior parte da população do patrimônio era constituída por colonos mineiros e nordestinos atraídos pela publicidade efetuada pelas companhias imobiliárias. O exposto é corroborado por LEITE (1980: p.57), quando afirma: "Rancharia, Pirapozinho, Presidente Prudente (em parte), Martinópolis, entre outras, foram cidades que se originaram de antigos patrimônios fundados pelas companhias".

Sua economia se consubstanciava na extração de madeira e na atividade agropecuária, com base nas pequenas propriedades, que produziam tanto para a subsistência quanto para o mercado.

Iniciada na década de 1930 e intensificada na década de 1940, as lavouras de algodão passaram a ter relevante papel na estrutura produtiva, na divisão de terras e no desenvolvimento da Alta Sorocabana. A grande produção de algodão motivou a instalação de grandes indústrias de descaroçamento e moagem do grão em várias cidades da região. De acordo com LEITE (1972: p. 76), "a produtividade do algodão no município de Pirapozinho era elevada, de 300 a 400 arrobas/ha, enquanto que nos demais municípios a média era de 200 arrobas/ha".

No ano de 1948, pela Lei nº 233/48, o patrimônio São João, foi elevado à categoria de município, com o nome de Pirapozinho, que veio a ser instalado em 09 de abril de 1949.

No ano de 1954, os trilhos do Ramal Dourados da Estrada de Ferro Sorocabana, chegaram a Pirapozinho. O referido ramal ferroviário tinha por objetivo estabelecer a ligação entre o Estado de São Paulo e o então Estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, visando transportar a produção agrícola daquela região para São Paulo. O projeto não se concretizou em sua plenitude, uma vez que os trilhos foram implantados apenas até a Cidade de Euclides da Cunha Paulista – SP.

A partir da década de 1950, o esgotamento dos solos, as perspectivas pouco favoráveis às lavouras e os incentivos governamentais à criação de bovinos, fizeram com que a região substituísse progressivamente parte de sua área utilizada com lavouras por pastagens.

Na década de 50, foram instalados alguns frigoríficos na Alta Sorocabana, como parte dos programas dos governos federal e estadual que incentivaram a pecuária e o abastecimento do mercado interno, que se encontrava em expansão com o processo de urbanização-industrialização. A Região era propícia à instalação destes frigoríficos, pois era possível encontrar grandes extensões de terras disponíveis para pastagens e

contava com a proximidade dos Estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás que complementavam o fornecimento de matéria-prima aos frigoríficos e de animais para a atividade de recria na região.

LEITE (1981: p.76-78), ao analisar a evolução econômica regional, identifica três fases:

*Fase do café, até meados da década de 30; fase do algodão e do amendoim, até meados da década de 50 e a fase da pecuária de corte, a partir de meados da década de 50. O café constituiu no próprio motivo de abertura da região.*

Recentes estudos indicaram que na região não tem havido grandes estímulos aos investimentos na agricultura e na agroindústria. A região, por um lado, não tem grande produção agropecuária que justifique o investimento na indústria processadora, e de outro, tem um mercado consumidor bastante reduzido para justificar a realização de investimentos em setores voltados ao atendimento da demanda local (FUNDACE/USP-SEBRAE, 1998).

De acordo com o estudo elaborado pela FUNDACE/USP-SEBRAE (1998), a agropecuária da Região Administrativa de Presidente Prudente e, em decorrência, a de Pirapozinho, sofre com três problemas básicos: 1) solos arenosos e com baixa fertilidade; 2) elevada concentração fundiária, o que tem refletido negativamente na produção agrícola; e, 3) problemas de titularidade das terras, já que boa parte da região é constituída por terras devolutas que se encontram sob o domínio de grandes fazendeiros.

Observado o panorama de estagnação da agricultura regional, serão efetuadas no próximo tópico, algumas reflexões sobre a estrutura produtiva agrícola de Pirapozinho.

### 3. A Dinâmica da Estrutura Produtiva Agrícola de Pirapozinho

A análise da dinâmica da estrutura produtiva agrícola do município de Pirapozinho deve ser compreendida, dentro de um contexto de múltiplos e heterogêneos segmentos da agricultura.

Analisando a utilização das terras no município de Pirapozinho no período 1970 ao final da década de 1990, verifica-se que as áreas utilizadas com pastagens sempre foram as mais expressivas. A área utilizada com pastagens apresentou pouca variação entre 1970 e 1996, oscilando de 32.253 ha em 1970 para 29.846 ha em 1996, o que representa mais de 78,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Quanto à área utilizada pelas lavouras, observa-se uma

diminuição, de 7.906 ha em 1970, para 5.609 ha em 1996, sendo que no ano de 1975, a área ocupada com lavouras foi de 12.194 ha. As matas e florestas e as terras em descanso e não utilizáveis, são bastante reduzidas, conforme se observa pela Tabela 1.

**Tabela 1 – Utilização das Terras no Município de Pirapozinho: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96 (Área em ha)**

Anos	Lavouras Temporárias e permanentes	Pastagens naturais e plantadas	Matas e florestas naturais e plantadas	Terras em descanso e não utilizadas
1970	7906	32253	1330	380
1975	12194	30621	1404	523
1980	7014	30388	1057	317
1985	9266	25949	2678	955
1995/96	5609	29846	1647	148

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96

Dentre as principais lavouras cultivadas entre 1970 e 1995/96, destaca-se o algodão, a lavoura de maior expressão no município até o ano de 1990. O milho, passa a ocupar a maior área entre as lavouras no ano de 1995/96 e o feijão, foi uma das lavouras com melhor desempenho no município de Pirapozinho, conforme se verifica pela Tabela 2.

**Tabela 2 – Produção das Principais Lavouras no Município de Pirapozinho – 1970– 1995/96**

Anos	Algodão		Milho		Feijão	
	Área	Prod	Área	Prod	Área	Prod
1970	1620	1767	1286	1162	418	131
1975	1559	1604	1367	2071	80	38
1980	1764	2466	1338	2595	1173	496
1985	2869	4589	1555	3145	259	116
1990	2090	2508	500	750	600	400
1995/96	1500	2025	2500	7900	1100	1044

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96; Produção Agrícola Municipal de 1990

Ao analisar a estrutura fundiária, observa-se que durante o período analisado, os grandes estabelecimentos (com área superior a 500 ha) foram os maiores detentores de área no município de Pirapozinho, representando 58,6% da área total, seguido pelos médios estabelecimentos (com área entre 101 a 500 ha) com 22,6% da área total e, finalizando, os pequenos estabelecimentos (com área até 100 ha), que correspondem a 18,7% da área total.

Quanto ao número de estabelecimentos, havia 246 pequenos estabelecimentos (com área inferior a 100 ha.) no ano de 1996, o que representava 82,0% do total. Entretanto esse número já foi bem maior, 814 estabelecimentos em 1970, que representava 94,0% do total, havendo,

portanto uma redução de 70% no número total dos pequenos estabelecimentos no período considerado (1970 a 1996), conforme se verifica pela Tabela 3.

**Tabela 3 – Estrutura Fundiárias do Município de Pirapozinho 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996**

Anos	Pequenos Estabelec. (até 100 ha)		Médios Estabelec. (de 101 a 500 ha)		Grandes Estabelec. (de 501 ha e mais)		Total	
	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº
1970	11.438	814	6.349	29	23.786	16	41.573	859
	%	27,5	94,7	15,2	3,3	57,2	1,8	100
1975	9.534	536	9.308	41	20.700	14	39.542	591
	%	24,1	90,6	23,5	6,9	52,3	2,3	100
1980	7.735	372	11.835	53	20.000	9	39.570	434
	%	19,5	85,7	29,9	12,2	50,5	2	100
1985	8.145	339	11.401	52	18.150	17	37.696	408
	%	21,6	83,9	30,2	12,7	47,8	4,1	100
1996	7096	246	8.554	37	22.174	17	37.824	300
	%	18,7	82	22,6	12,3	58,6	5,6	100

FONTE: Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96

Contudo, houve um acréscimo no número de estabelecimentos de médio porte, passando de 29 estabelecimentos (3,4% do total) em 1970, para 37 (12,3% do total) em 1996. Já os grandes estabelecimentos tiveram um aumento, passando de 16 (1,9% do total) em 1970, para 17 (5,6% do total) em 1996.

Observa-se que no município de Pirapozinho apesar da predominância de pequenos estabelecimentos (82,0%), eles concentram apenas 18,7% do total de área, enquanto que os grandes estabelecimentos representam apenas 5,6% do número de estabelecimentos, concentrando,

58,6% do total de área. Os médios estabelecimentos representam 12,3% do número de estabelecimentos agropecuários e ocupam 22,6% da área total.

A expansão do efetivo bovino ocorreu concomitantemente à expansão das áreas ocupadas com pastagens e com o processo de concentração fundiária. Verifica-se que o rebanho bovino ao longo dos anos cresceu, passando de 29.629 cabeças em 1970, para 36.582 em 1996. Quanto ao número de vacas ordenhadas, no ano de 1970, eram 1.070, produzindo 559 mil litros de leite. Esse número aumentou atingindo 3.300 vacas ordenhadas, produzindo 2904 mil litros de leite no ano de 1996.

Como pode ser observado na Tabela 4, 95,4% da produção de milho, foi utilizada nas propriedades, sendo direcionada para silagem e consumo animal, o restante, 4,5% da produção, foi vendida para intermediários do próprio município. No caso do feijão, 55,5% da produção, foi utilizado nas propriedades para a alimentação humana, enquanto que 23,5% do total produzido foi destinada aos intermediários de Pirapozinho e região e o restante, 21% da produção foi comercializada com os supermercados do município.

A produção de cana-de-açúcar foi destinada em 72,7% para silagens nas propriedades e 27,2% da produção foi comercializada com a agroindústria (Usina de Álcool e açúcar Alto Alegre-Colorado-PR). Já a produção da batata-doce, teve 50,0% da produção destinadas aos intermediários, ou seja, agentes que se encontram entre os produtores e o mercado atacadista, que posteriormente enviam para os CEASAs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba e Porto Alegre. A empresa Agronacional de Tarabai-SP absorveu 30% da produção dos entrevistados, e os outros 20% que foram produzidos, foram entregues diretamente pelos produtores no CEASA de Presidente Prudente.

**Tabela 4 – Destino da Produção das Principais Lavouras no ano de 1999 (em %)**

Cultura	Utiliz. Na Propriedade	Venda para Agroindústria	Venda para Intermediários	CEASA	Venda para Supermerc.
Milho	95,4	----	4,5	----	----
Feijão	55,5	---	23,5	----	21
Cana	72,7	27,2	----	----	----
Batata-Doce	----	30	50	20	----
Algodão	----	----	100	----	----
Café	50	----	50	----	----

Fonte: Trabalho de Campo

Quanto à produção de algodão, a totalidade foi comercializada com os intermediários da região de Pirapozinho. Já 50% o destino da produção cafeeira, foi consumida na propriedade e os outros 50% da produção, foram absorvidos pela máquina de beneficiamento e torrefação - POLEMAR – de Pirapozinho.

As formas predominantes para escoar a produção agropecuária dos entrevistados foram: primeiro os caminhões fretados, com 74,2%; seguido por 11,5% de caminhões próprios; 8,5% de caminhões de usinas e por 5,7% de caminhões de cerealistas e frigoríficos.

Conforme demonstra a Tabela 5, podemos verificar que 65,3% da produção leiteira dos entrevistados, foi utilizada na propriedade, outros 26,9%, foram direcionados à Cooperativa de Laticínios do Vale do Paranapanema – COOLVAP e o restante, 7,6% da produção, tiveram como destino o laticínio de Tarabai/SP.

Já para os suínos, as propriedades absorveram 51,6% da produção, os açougues e supermercados de Pirapozinho foram responsáveis pela comercialização de 38,7%, e 9,6% da produção foram destinadas a outros produtores. As produções de ovos, galináceos e de caprinos, tiveram como destino exclusivamente as próprias propriedades dos entrevistados.

**Tabela 5 – Destino da Produção Pecuária no ano de 1999 (em %)**

Produtos	Utiliz. Na Propried.	Venda para Cooperat.	Venda para Laticínio	Frigorif.	Supermerc. açougue	Outros produtores
Leite	65,3	26,9	7,6	----	----	----
Suíno	51,6	---	----	----	38,7	9,6
Bovino	26,5	----	----	28,1	21,8	23,4
Ovos	100	---	----	---	----	---
Galináceos	100	----	---	----	----	----
Caprino	100	----	---	----	----	----

Fonte: Trabalho de Campo

Quanto aos bovinos, os entrevistados têm como principais compradores os frigoríficos de Pirapozinho e de Presidente Prudente. Assim, 28,1% dos entrevistados declararam vender os bovinos aos frigoríficos, 23,4% efetuaram a venda dos bovinos diretamente aos supermercados e açougues e 26,5% dos entrevistados efetuam a venda dos bovinos para outros produtores rurais.

No que tange à assistência técnica, ficou constatado empiricamente que o serviço oficial do município é inexpressivo, pela falta de equipamentos e corpo técnico. Alguns agricultores que possuíam as propriedades próximas ao município de Tarabai informaram-nos que era

mais viável solicitar a assistência técnica oficial daquele município do que em Pirapozinho.

Desta forma 57,1% dos agricultores, recorreram à assistência particular, 28,5%, se sujeitaram à deficitária assistência oficial, 8,5% se utilizaram da assistência própria e 5,7%, se valeram da assistência da cooperativa.

Quanto à periodicidade das visitas realizadas pelos técnicos, 82,8% dos agricultores entrevistados disseram que era realizada quando solicitada. Já 11,4% recebiam visitas mensais e 5,7% somente visitas semestrais.

Entre os instrumentos de produção mais utilizados pelos agricultores entrevistados, podemos verificar que são os mais elementares, não tendo sido encontrado nada de muito avançado do ponto de vista tecnológico, conforme se verifica pela Tabela 6. Assim, 94,2% dos produtores rurais entrevistados declararam possuir pulverizador costal, 65,7% dos entrevistados dispunham de carroças, as quais são utilizadas para o transporte da família dos produtores.

**Tabela 6 – Meios de Produção de maior Disponibilidade entre os Agricultores Entrevistados no ano de 1999 (em %)**

MEIO DE PRODUÇÃO	%
<b>Pulverizador Costal</b>	94,2
Carroça	65,7
Matraca	54,2
Arado –Tração Animal	45,7
Carreta Agrícola	37,1
Grade-Tração Animal	34,2
Grade-Trator	31,4
Arado-Mecânico	28,5
Quebrador de Milho/FORAGEM	27,6
Trator	25,7

Fonte: trabalho de Campo

Instrumento elementar utilizado para o plantio, a matraca, aparece com disponibilidade em 54,2% das propriedades pesquisadas. Confirmando os dados da FIBGE, ficou constatado que entre os estabelecimentos selecionados, 45,7% utilizam arados de tração animal e 28,5% utilizam arados de tração mecânica, evidenciando assim, a baixa tecnificação dos produtores rurais entrevistados.

Neste contexto, observa-se que as mudanças ocorridas, tanto no contingente populacional, quanto nas relações comerciais, na área rural e urbana de Pirapozinho, fazem parte de uma política de modernização

agrícola seletiva e fragmentada, em que o pequeno produtor sempre esteve excluído.

Decorrente do aumento da concentração fundiária, diminuição das áreas com lavouras e ampliação das áreas com pastagens, verifica-se que no período entre 1970 e 1996, a população total de Pirapozinho foi ampliada em apenas 37,9%<sup>44</sup>. Todavia, no mesmo período, a população rural do município diminuiu 64,9%. A população urbana de Pirapozinho, durante o período 1970 e 1996, apresentou um crescimento de 121,0%.

Tal fenômeno decorre da ida de grande parte de pequenos produtores e trabalhadores rurais para a área urbana do próprio município, para Presidente Prudente, para a capital do estado, para outras cidades do interior paulista e para as zonas de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste do país, em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

No que se refere à condição do produtor no município em tela, a categoria de produtores rurais que predominou no município foi a dos proprietários, tanto em número de estabelecimentos, quanto em área. Esta categoria correspondia a 261 estabelecimentos (87,0% do total), ocupando 35.920 ha (94,9% do total de área), seguido pelos arrendatários/parceiros, que contabilizavam 24 estabelecimentos (8,0% do total) e ocupavam 1415 ha (3,7% do total de área) e, por fim, pelos ocupantes, com 15 estabelecimentos (5,0% do total) e utilizando 495 ha (1,3% do total de área), no ano de 1996.

No que se refere a inserção do produtor rural na sociedade local, constatou-se, com o trabalho de campo, que 65,7% dos responsáveis pelos estabelecimentos pesquisados residem na cidade, enquanto que, 34,2%, residem na zona rural. Entretanto, 62,8% dos agricultores entrevistados anteriormente moravam na zona rural e 37,1% residiam na cidade.

O local de origem dos agricultores entrevistados é diversificado, porém, predomina o próprio município, com 29,8%, seguido por 20% de naturais da própria região, de 17,2% de outras regiões do Estado de São Paulo, de 14,3% de nordestinos, de 8,4% de outros estados da região Sudeste, 5,9% de estrangeiros e 4,5% das regiões Sul e Centro-Oeste.

Quanto ao nível de escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos, observa-se que entre os pesquisados, 8,6% são analfabetos; 39,3% apresentam escolaridade baixa, não tendo completado o ensino fundamental; 17,3% possuem o ensino fundamental completo; 10,6% o ensino médio incompleto; 11,4% concluíram o ensino médio, 2,8% possuem nível superior incompleto e 10,0% nível superior completo.

<sup>44</sup> No mesmo período a variação populacional do Estado de São Paulo foi de 92,0%.

#### 4-Perspectivas da Agricultura em Pirapozinho

Durante a realização das entrevistas, os empresários ligados às agroindustriais instaladas no município citaram como elemento positivo a situação geográfica de Pirapozinho, a qual possibilita o acesso com facilidade aos Estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná e, como ponto negativo, a baixa produção de matéria-prima para as agroindústrias no município e na região.

Os produtores rurais demonstraram insatisfação com as políticas de preços do governo federal, com a deficiente assistência técnica pública e se sentem marginalizados, explicitando o descontentamento em relação à falta de incentivo da Prefeitura Municipal à agricultura.

Para TOLEDO JÚNIOR (1990, p.22) o cenário municipal apresenta inúmeras distorções no desempenho das funções de apoio rural, tais como: a) sistema inoperante de assistência técnica e extensão rural; b) ação descoordenada de entidades estatais com atuação local e crédito rural orientado por práticas clientelista.

De acordo com TOLEDO JUNIOR (1990, p.22) "a atuação planejada do município no desenvolvimento rural estimularia a racionalidade econômico-social da estrutura de apoio ao setor primário, (...) conseqüentemente, a economia local".

Para MARTIN (1993) essa problemática pode ser facilmente constatada nas regiões de agropecuária mais tradicional no oeste paulista, especialmente na Alta Sorocabana e Pontal do Paranapanema. Para MARTIN (1993, p.27) "... nessas regiões na medida em que se comprometeu o potencial de seus solos e dos seus recursos hídricos, observa-se um declínio acentuado das suas principais atividades agropecuárias (...) gerando enorme estagnação nas economias locais".

Em decorrência do processo de estagnação da agricultura em âmbito regional e local e da conseqüente redução do contingente populacional na área rural, reduziram-se as pressões políticas junto à câmara e a prefeitura municipal por parte da população rural de Pirapozinho.

Segundo informações do setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Pirapozinho, a participação da agropecuária na receita municipal vem diminuindo, passando de 40% em 1970, para 30% em 1980 e 20% em 1990.

Apesar das tendências da agropecuária no município não ser das mais animadoras, serão expostas algumas alternativas, baseadas em TOLEDO JÚNIOR (1990) e MARTIN (1993), para a atuação do poder público municipal no campo:

- a) promoção de assistência técnica e extensão rural eficaz.
- b) cursos de aperfeiçoamento de técnicos da Casa da Agricultura.

c) órgão municipal de fomento, modernização e diversificação agropecuária e de utilização racional de recursos naturais.

d) patrulha mecanizada

e) construção e manutenção de estradas vicinais e pontes

f) incentivo à formação de associações de agricultores locais que visem fortalecer o poder de negociação com compradores e vendedores e ainda criar microagroindustrias comunitárias

No caso do Município de Pirapozinho, onde as pequenas propriedades encontram-se cercadas por grandes fazendas voltadas à exploração extensiva da atividade pecuária, o papel do poder público é fundamental para que a categoria dos pequenos produtores continue existindo e produzindo.

Cabe ao poder público municipal definir, juntamente com os produtores rurais, as medidas que devem ser implementadas, alocar os recursos e os encaminhamentos necessários e coordenar, em parceria com os próprios produtores rurais, as ações fomentadoras da agricultura por meio do estímulo, sobretudo ao pequeno produtor rural.

Os pequenos produtores rurais se constituem num elo importante da cadeia produtiva, contudo eles são muito vulneráveis e requerem um tratamento diferenciado do poder público para que possam se reproduzir socialmente no próprio campo.

No caso de Pirapozinho, o apoio para que os pequenos produtores se organizem em associações, a implantação de uma patrulha agrícola, a realização de uma boa manutenção das estradas vicinais e o fornecimento de assistência técnica de qualidade são ações que podem ser desencadeadas pelo poder público municipal a custos não muito elevado e que seguramente proporcionariam bom retorno, não somente aos produtores rurais diretamente, mas também ao próprio município.

#### 5. Considerações Finais

Nas últimas décadas, a agricultura brasileira, sobretudo a paulista, passou por profundas transformações, que em parte, podem ser observadas no Município de Pirapozinho.

Apesar de sua importância histórica no contexto de Pirapozinho, a atividade agropecuária, vem tendo sua participação econômica reduzida, seja através do fechamento ao longo dos anos de diversas empresas ligadas a agricultura ou pela queda da geração de impostos pelo meio rural.

O poder público municipal, não vem fomentando a atividade agropecuária em âmbito local, uma vez que, faltam programas de incentivos a produção e ao processamento de matérias-primas agropecuárias.

Com a falta de apoio dos governos federal e estadual, a reversão do cenário de estagnação da agricultura municipal dependerá do governo local em parceria com os agricultores. Devem ser tomadas medidas mais efetivas de apoio ao setor agrícola, contribuindo desta forma, para que os agricultores tenham oportunidades para se desenvolverem socialmente e economicamente no campo e, com isso, possam contribuir para o desenvolvimento do município como um todo.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dióres Santos. *Recortes*. Presidente Prudente, IMPRESS, 1997.
- ALEGRE, Marcos. *Alta Sorocabana: População*. Caderno Prudentino de Geografia, AGB, nº 01-05, 1981/83.
- ARAÚJO, Ney Bitencourt de; WEDEKIN, Ivan & PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo Agroindustrial: "Agrobusiness" brasileiro*. São Paulo, Agroceres, 1990.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*, 65/85, Campinas, Ícone, Unicamp, 1985.
- FIBGE. *Censos Agropecuários do Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.
- FIBGE. *Censos Demográficos do Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, 1970, 1980 e 1991.
- FIBGE. *Contagem Populacional*. Rio de Janeiro, 1996.
- FIBGE. *Pesquisa Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 1990, 1994 e 1996.
- FIBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 1990, 1994 e 1996.
- Fundação SEADE. *Informações dos Municípios Paulistas*. <http://www.seade.gov.br>. Dados levantados em 15 de agosto de 2000.
- HESPAHOL, Antonio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. In: *Revista Faz Ciência*. V.1, nº 1, P. 38-49, FACIBEL, 1997.
- INCRA. *Relações dos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais*, São Paulo, 1997.
- KAGEYAMA, Ângela. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas, 1987 (Relatório de Pesquisa)
- LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente, FFCL, 1985.

MARTIN, Nelson Batista. *O poder local e o desenvolvimento rural*. In: *Informações Econômicas*, vol. 23, nº 12, SP, 1993.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneiro, 1973.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiro e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo, Hucitec-Polis, 1984.

MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo, Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção na agricultura*. São Paulo, Ática, 1986

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e indústria no Brasil*. In: *Boletim Paulista de Geografia*. n.º 58, p. 5-64. São Paulo, 1981.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3º Ed., Hucitec, São Paulo, 1994.

SEBRAE – PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (PRODER). *Diagnóstico da 10ª Região Administrativa*. Presidente Prudente, SEBRAE: 1998. (Relatório de Pesquisa)

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo, UNICAMP, 1996.

SILVA, José Graziano. *A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira*. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 7 nº 3, 1993.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SILVEIRA, Fátima Rotundo da. *A recriação capitalista do campesinato: os camponeses na região de Presidente Prudente*. São Paulo, FFLCH, 1990.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986 (Coleção Agricultura e Sociedade)

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Corrêa de. *O Município e o Desenvolvimento Rural*. In: *Revista CEPAM*, São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima, Ano I Nº. 3 Jul./Set./1990 pp. 19-24.